



## INVESTIGAÇÕES ACERCA DA VALIDADE DA PSICOLOGIA POPULAR: UMA ABORDAGEM INTIMISTA DA MENTE

Daniel Luporini de Faria – [luporinifaria@yahoo.com.br](mailto:luporinifaria@yahoo.com.br)  
<http://orcid.org/0000-0002-7009-8766>

**RESUMO:** No presente trabalho, objetivamos uma avaliação do discurso ordinário que embasa a psicologia popular. Partindo das análises sobre a linguagem, tal qual pensa Francis Bacon, apresentamos as ideias de Jerry Fodor, que, com seu realismo intencional, procura naturalizar o discurso mentalista. A partir dessa problematização, apresentamos argumentação para a validação da psicologia popular, em contraposição à proposta eliminativista de Paul M. Churchland.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Popular; Linguagem; Eliminativismo; Internalismo.

### INTRODUÇÃO

Traçando um breve histórico da milenar desconfiança com a linguagem ordinária, fazemos um breve histórico das ideias de Francis Bacon (1973). As principais críticas baconianas aos empiristas que o precederam estavam relacionadas à falta de sistematicidade com que os dados captados pelos sentidos eram reelaborados pelo intelecto. Para Bacon, embora os empiristas predecessores captassem os dados da experiência, tais informações eram coletadas ao acaso, sem o suporte de um *método* rigoroso, de modo a constituir um *corpus* teórico consistente. Neste sentido, Bacon estabelece sistematicamente o modo como os dados sensíveis deveriam ser captados e reelaborados pela mente, pressupondo uma espécie de “faxina” mental; uma espécie de reeducação do intelecto para que, pelo menos, quatro fontes de erro fossem controladas. Com o controle sobre tais fontes de erro, o filósofo acreditava que seria possível alcançar a observação *pura e neutra* sobre os fatos da natureza, base sobre a qual se poderia propiciar a efetiva explicação dos fenômenos naturais. A tais fontes de erro, Bacon denomina de “ídolos”. Seriam eles:

- Os (i) *ídolos da tribo*, assim chamados porque são fundamentados na própria natureza humana. Tendo em vista tais ídolos, os homens tomam todo conhecimento dado pelos sentidos como verdadeiros, pois não conseguem discernir que as impressões alcançadas pelos sentidos são parciais, dependentes da própria constituição do homem como espécie.
- Os (ii) *ídolos da caverna*, assim chamados porque expressam os erros provenientes da própria conformação individual, diferenciando-se dos “ídolos da tribo”, que fazem menção à espécie humana como um todo. Em outras palavras, os ídolos da caverna seriam interpretações que fazemos da natureza, tendo em vista nossa própria constituição individual, nossa visão de mundo e contato com a realidade com a qual estamos plenamente habituados.

- Os (iii) *ídolos do foro*, para Bacon, os mais deletérios ao gênero humano, são erros engendrados pela ambiguidade natural das palavras e pela comunicação entre os homens. Segundo Bacon, é comum entre os homens utilizarem-se das palavras como se elas fossem “entidades reais” e não abstrações de entidades. Ainda segundo o filósofo, os homens tendem a crer que a razão governa o uso das palavras, ao passo que também as palavras refletem sua força sobre o intelecto humano, moldando a maneira como pensamos e percebemos o mundo.
- Finalmente (iv), os *ídolos do teatro*, que seriam falsas noções oriundas dos sistemas filosóficos constituídos que, assim como as peças de teatro, não refletem uma noção real do funcionamento do mundo e impregnam o espírito humano com suas falsas noções.

A perspectiva empirista que Bacon advoga consiste numa reação ao empirismo aristotélico que, segundo Oliveira (2002), circunscrevia-se somente ao plano da linguagem, não implicando propriamente ao plano factual<sup>1</sup>. Para Bacon, a rigor, a indução deveria proceder diretamente dos fatos, de modo gradual e progressivo, até o estabelecimento de leis gerais e universais. Nesse sentido, a grande “contribuição” do projeto baconiano é a constituição e instauração do *método indutivo* de interpretação da natureza e aquisição de conhecimento, tendo em vista a consolidação de uma *filosofia natural pura*.

Para tanto, o método proposto por Bacon inicia-se pelo *verdadeiro conhecimento*, que seria o conhecimento da *forma*, ou melhor, da estrutura e lei que regula seu processo. Num primeiro momento (o formal), o conhecimento deve se dar pelas causas. Assim, Bacon recorre à teoria das quatro causas aristotélicas.

Afirma-se corretamente que o verdadeiro saber é o saber pelas causas. E, não indevidamente, estabelecem-se quatro coisas: a matéria, a forma, a causa eficiente, a causa final. Destas, a causa final longe está de fazer avançar as ciências, pois na verdade as corrompe; mas pode ser de interesse para as ações humanas. A descoberta da forma tem-se como impossível. E a causa eficiente e a causa material (tal como são investigadas e admitidas, isto é, como remotas e sem o processo latente no sentido da forma) são perfuntórias e superficiais, em nada beneficiando a ciência verdadeira e ativa (BACON, 1973, p. 100).

De acordo com a passagem citada, infere-se que, para Bacon, a causa final é inócua para a ciência. Já os estudos da causa eficiente e material dizem respeito ao curso comum e ordinário da natureza, não às leis fundamentais e eternas. Assim, para Bacon, apenas o estabelecimento da forma (condição da existência de qualquer propriedade) e a existência da natureza seriam os objetivos para o estabelecimento do conhecimento científico. Nesta ordem de razões, a causa formal seria o princípio e a lei, as verdades

---

<sup>1</sup> “A indução Aristotélica (*epagôgê*) visa mais à comunicação do que a descoberta do conhecimento. Ela é essencialmente uma operação verbal, um simples rígido modelo de argumentação, procedendo de palavras para palavras, não de palavras para coisas. No aristotelismo medieval, a indução foi reduzida a mero mecanismo de retórica e dialética, tradição que persiste na Renascença como retoricização da lógica. Para os humanistas lógicos como Melanchthon, indução é um mecanismo de apresentação e comunicação do conhecimento já possuído. Nem os escolásticos nem os reformadores da retórica consideravam a indução como um processo lógico de obtenção de conhecimento” (OLIVEIRA, 2002, p.179).

eternas e imóveis, a partir da qual a descoberta e a explicação da natureza devem partir, fundamentando o saber e a prática.

Para Bacon, o fundamento da ciência deve ser atrelado à prática, bem como deve determinar o lado contemplativo. Assim sendo, para se introduzir ou gerar em um corpo dado certa natureza, é imprescindível que se considere o preceito ou direção para a *dedução*, que deve ser aceita de forma clara e não obscura. Segundo Bacon, a propósito dos três princípios ou regras:

Com tal propósito, em primeiro lugar, estará, sem dúvida, interessado em um procedimento que não frustre a empresa, nem leve ao malogro o experimento. Em segundo lugar, estará igualmente interessado em um procedimento que não o constranja nem o force ao uso de certos meios e modos particulares de proceder. Pois pode ocorrer que não disponha de tais meios ou não tenha possibilidade ou condições de conseguí-los. E se há outros meios ou modos para reproduzir a natureza desejada (além daqueles preceitos), eles poderiam estar ao alcance do operador. E este poderia, pela rigidez dos preceitos, anular os resultados. Em terceiro lugar, desejará que lhe seja indicado algo que não seja tão difícil quanto a própria operação investigada, mas que seja mais próximo da prática (1973, p. 101).

Atentando à citação precedente, percebe-se que Bacon faz uma distinção entre fins especulativos e operativos, frisando a compreensão das regras práticas, para que depois se possa tornar claras as regras especulativas. Em suma, o verdadeiro saber deve ser sempre orientado à prática, em detrimento da mera especulação teórica.

## FODOR E O REALISMO INTENCIONAL

Dado este breve histórico do modo como Bacon procura depurar a linguagem, tratemos da perspectiva de Fodor (1987), também conhecida como “realismo intencional”. Segundo Fodor, todos nós nascemos mentalistas e realistas (FODOR, 1987). Sendo assim, todas as categorias psicológicas do senso comum se refeririam a estados psicológicos reais. Por exemplo: se Joaquim acredita que faz frio, então fazer frio é o conteúdo que determina sua crença. Seria como se tivéssemos uma série de *símbolos* “dentro da cabeça” (expressos sob a forma de proposições, é claro). Tais símbolos, a rigor, determinariam nossos estados mentais sob a forma de *atitudes proposicionais* e embasariam a própria linguagem do pensamento. Ademais, a causação mental, para Fodor, seria um pressuposto das pessoas do senso comum, não se coadunando com uma visão eliminativista do mundo.

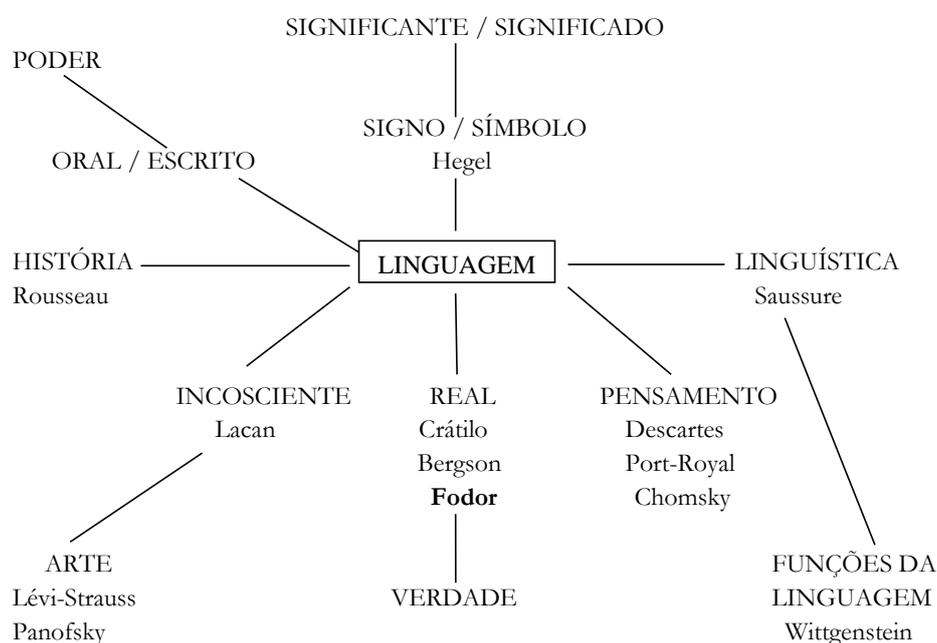
Nesse sentido, Fodor se posiciona a favor da legitimidade da *folk psychology*, ou psicologia popular, de modo que todas as suas categorias fazem referência a entidades reais, cabendo à psicologia pressupor sua ontologia, desenvolvendo-se no sentido de depurá-la. Em suma, Fodor considera que erros em predições

com a psicologia popular podem ocorrer como em qualquer outra teoria, de modo que a linguagem mentalista seria a única linguagem de que dispomos para garantir a autonomia da psicologia.

Contrapondo-se à ideia baconiana da necessidade de uma espécie de faxina mental para se embasar o conhecimento, Fodor sustenta que o discurso mentalista embasaria a linguagem do pensamento sem encerrar grandes problemas no plano da ação. Além disso, referindo-se a entidades reais, a psicologia popular seria perfeitamente adequada para embasar uma psicologia científica.

Outro ponto chave da teoria de Fodor que merece destaque diz respeito ao porquê da natureza incumbir nos organismos a ideia de que a causação mental seria um “fato” do mundo, uma relação direta entre o “real” e aquilo que o organismo concebe como “verdade”. Nesse sentido, argumenta-se, evolutivamente, que o entrelaçamento entre as ideias, bem como entre as ideias e as ações voluntárias, possibilitaria ao organismo uma chance maior de sobrevivência e consequente propagação da espécie. O diagrama apresentado na Figura 1 situa Jerry Fodor em relação a outros teóricos no que tange sua compreensão acerca da linguagem humana:

**Figura 1** – Enquadramento de Jerry Fodor na perspectiva da linguagem concebida ao longo da história da filosofia e da linguística.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O que deve ser extraído do que aventamos sobre Fodor é que ele se coloca a favor da validade da *folk psychology*, bem como de uma perspectiva anti-epifenomenalista. Ou seja, para Fodor, o problema da causação mental seria um fato do mundo, um problema supérfluo que, bastando atentar como

aplicamos nossas crenças e valores, seria o bastante para apoiarmos a plausibilidade da causação mental ou causação descendente.

## PODERIA A PSICOLOGIA POPULAR SER FALSIFICADA?

Uma questão recorrente acerca da psicologia popular seria a de que ela constitui-se numa teoria falha da realidade, de modo que sua principal fragilidade reside na indução. A indução, com efeito, aparece no senso comum quando se produzem expectativas para o futuro, tendo em vista eventos passados. Neste ponto, cremos que Hume (2000) esgota o assunto com seu ceticismo radical.

Entretanto, vejamos como Popper (1979) explora as razões que nos levam a criar expectativas psicológicas. Em sua forma lógica, Popper caracteriza o problema da indução colocando em xeque a veracidade da seguinte implicação:  $(\{x_1, x_2, x_3, \dots, x_n\} \rightarrow T \rightarrow x_{(n+1)})$ , onde “x” representa um fato qualquer e “n” a progressão temporal passo a passo, crescente no momento em que cada fato ocorreu. Tal forma lógica indica que existem problemas concernentes aos porquês das inferências causais efetuadas pelos humanos, o que indica que, a despeito de x ter ocorrido n vezes, nada garante que x voltará a ocorrer. Sem cair no ceticismo, Popper tenta solucionar tal problema, mostrando que o problema da indução foi colocado de forma errônea pela tradição filosófica; em seguida, fazendo uso do princípio que denominou de *princípio da transferência*, segundo o qual o que for verdade na lógica também o será na psicologia, Popper (1979), procura reformular o princípio da indução.

Em suas tentativas de reformulação do princípio da indução (que não cabe especificarmos aqui)<sup>2</sup>, entra em cena a tese de Duhem-Quine, que garantiria a salvaguarda do princípio da indução e do falsificacionismo (que avaliaremos adiante). Segundo Lakatos:

De acordo com a “tese de Duhem-Quine”, se for suficiente a imaginação, qualquer teoria (constituída quer por uma proposição quer por uma conjunção finita de várias proposições) pode ser definitivamente salva da “refutação” por um ajustamento adequado do conhecimento preliminar em que assenta. Como diz Quine: “qualquer enunciado se pode manter como verdadeiro aconteça o que acontecer, se fizermos ajustamentos suficientemente drásticos em qualquer outra parte do sistema ... reciprocamente, também nenhum enunciado é imune à revisão (1999, p. 110).

---

<sup>2</sup> Para não sermos evasivos demais, podemos dizer que do ponto de vista lógico-formal, a ideia popperiana é a generalização da regra lógica do *modus tollens*, segundo a qual, a partir de uma fórmula qualquer  $(x \rightarrow y)$ , pode-se validamente inferir  $(\neg y \rightarrow \neg x)$ ; ou, mais especificamente, pode-se inferir  $(\neg a_{(n+1)} \rightarrow \neg T)$  da fórmula  $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \pm T \rightarrow a_{(n+1)})$  que, na realidade, é a conjunção de  $(\{a_1, a_1, \dots, a_n\} \pm T)$  e  $(T \rightarrow a_{(n+1)})$ , pois representam dois momentos da investigação, quais sejam: a construção indutiva da teoria e a posterior dedução de suas consequências. Como a falsificação do fato do futuro é exatamente  $\neg a_{(n+1)}$ , por *modus tollens*, infere-se  $\neg T$ . Aqui, deve-se notar que se pode usar um tipo de *modus tollens* mais fraco, pois não mais se aplica ao processo dedutivo, representado por “ $\rightarrow$ ”, mas sim ao processo indutivo, representado por “ $\pm$ ”. Assim sendo, obtém-se da mesma forma que de  $\neg T$  e  $(\{a_1, a_2, \dots, a_n\} \pm T)$  infere-se a negação de  $\{a_1, a_2, \dots, a_n\}$ , que é a negação da teoria que generaliza a ocorrência dos fatos do passado.

Fornecida a caracterização da tese de Duhem-Quine, não apenas os problemas com a indução estariam salvos para Popper, mas, fundamentalmente, as diversas formulações de sua teoria da falsificação de teorias científicas.

Por não quisermos adentrar em pormenores na argumentação popperiana no que tange às reformulações de sua teoria falsificacionista (pois em nada contribuiriam ao nosso trabalho), fiquemos com a vaga noção de que, para Popper, embora não se possa coligir a veracidade de uma inferência, pode-se coligir sua falsidade. Por este motivo, o método popperiano de resposta ao argumento de Hume ficou conhecido como *falsificacionismo*. Em resumo, o falsificacionismo de Popper sustenta que toda teoria científica estará sempre entre parênteses por ser conjectural e provisória. Assim, segundo Popper (1972), não seria viável validar a veracidade de uma teoria científica pela simples constatação de que os resultados de uma previsão efetuada com base naquela teoria se verificaram. Essa teoria se valerá apenas do estatuto de uma teoria não contrariada pelos fatos, reiteremos, até que um fato contra tal teoria seja descoberto. Deste modo, o que a experiência e as observações podem e devem tentar fazer é encontrar provas da falsidade daquela teoria. E, em se encontrando um fato negativo, a teoria deve ser posta na berlinda (porém, nunca invalidada, caso se aceite a teoria de Duhem-Quine).

Feitas tais caracterizações acerca do pensamento de Popper, há que se questionar: seria realmente a psicologia popular uma teoria? Neste ponto é preciso ter calma. Uma teoria, a rigor, caracteriza-se por ser um conjunto de assunções ou enunciados que, articulados enquanto uma hipótese, seria capaz de explicar determinados fenômenos, bem como fazer previsões acerca desses fenômenos e, é claro, estar sujeita a refutações mediante experimentos. A princípio, pensamos não haver melhor definição que esta que fizemos. Assim, voltamos a questionar: dada tal caracterização, será que a psicologia popular se enquadra em tal esquema de teoria?

Ao afirmarmos: as nuvens que vêm do leste estão carregadas, acho que vai chover. Será que com tal enunciado estou teorizando? Seguindo os preceitos do parágrafo anterior, tudo indica que sim: primeiro, parto de uma observação (as nuvens estão carregadas); a partir dessa observação, construo uma hipótese testável (acho que vai chover). Neste sentido, pode-se criar as bases argumentativas para que a psicologia popular seja concebida como uma teoria. Uma teoria que poderia ser falsificada pelo método popperiano. Resta saber se ela constitui-se numa teoria canhestra que, como pensa P. M. Churchland (2004), por exemplo, deva ser eliminada pura e simplesmente, para dar lugar a um discurso neurocientífico mais refinado.

Vejamos alguns exemplos que talvez se constituam na “birra” de P. M. Churchland: “Os médicos dizem que não tenho nada, mas meu joelho dói”. Ou ainda: “sei que sou psicótico; também sei que não há uma onça nesta sala; mesmo assim, a vejo”. Ou simplesmente: “desejo beber cerveja”. Nesses exemplos, o discurso mentalista intimista se faz presente. Trata-se de um tipo de discurso que parece só

fazer sentido para quem o profere, para quem *sente* o joelho doer, para quem *vê* uma onça na sala e para quem *deseja* beber cerveja. Neste ponto, as coisas ficam realmente nebulosas. Entretanto, não é um disparate dizer que se sente dores no joelho, mesmo se os ortopedistas disserem que não há nada fisicamente errado com o indivíduo; da mesma forma que não é nenhum absurdo um esquizofrênico ver onças na sala, mesmo que ninguém as vejam. Dizemos isso porque tudo leva a crer que existe uma dimensão interior, um domínio da natureza que só é acessível àquele que a experimenta. Como contextualiza Aldous Huxley:

Vivemos, agimos e reagimos uns com os outros; mas sempre, e sob quaisquer circunstâncias, existimos a sós. Os mártires penetram na arena de mãos dadas; mas são crucificados sozinhos. Abraçados, os amantes buscam desesperadamente fundir seus êxtases, isolados em uma única autotranscendência, de balde. Por sua própria natureza, cada espírito, em sua prisão corpórea, está condenado a sofrer e gozar em solidão. Sensações, sentimentos, concepções, fantasias – tudo isso são coisas privadas e, a não ser através de símbolos, e indiretamente, não podem ser transmitidas. Podemos acumular informações sobre experiências, mas nunca as próprias experiências. Da família à nação, cada grupo humano é uma sociedade de universos insulares (1973, p. 3).

A existência de uma dimensão interna e um discurso “nebuloso” que a expressa talvez não tenha nada de problemático. Afinal, estamos falando de uma condição humana que possibilitou uma interação única com a natureza.

Mas, enfim, mesmo assumindo-se a tese de que a psicologia popular seja uma teoria “canhestra” da realidade, pode-se pensar que a psicologia popular e o discurso que a manifesta seja, fundamentalmente, uma forma de comunicação. Às vezes, pode parecer confusa, problemática, mas, ainda assim, uma forma de comunicação que, evolutivamente, deu certo.

Outra observação seria a de que, contemporaneamente, em certos exames de neuro-imagem e em determinadas técnicas cirúrgicas cerebrais, são cada vez mais importantes os relatos “convencionais” ou em linguagem comum do próprio paciente submetido a tais exames ou intervenções cirúrgicas. O desenvolvimento da neurociência, tão almejado pelo eliminativista, num certo sentido, caminha para um estreitamento cada vez maior com o discurso comum que expressa noções “obscuras” da psicologia popular, em vez de promover o abandono desta. Isso sugere que, talvez, não sejam assim tão disparatadas as noções da psicologia popular.

O ponto a que queremos chegar é o de que a psicologia popular se constitui numa forma legítima de desconstrução e produção de argumentos. Mais que isso: com a psicologia popular podemos agir eficientemente no mundo que nos molda, exigindo, por parte de nós, ações efetivas, práticas assertivas, como queria Bacon.

Além disso, pensamos que não há como negar uma dimensão interna a cada indivíduo. Uma

dimensão privada, uma dimensão que, como diz Searle (1997), articula-se em primeira pessoa e é íntima, ou, ressaltando a fala anteriormente citada por Huxley, “cada um de nós constitui-se numa sociedade de universos insulares”. Pensando assim, ao leitor não deve sobrar dúvidas de que cremos haver uma dimensão interna dos estados mentais em filosofia da mente; todavia, devemos deixar muito claro que há sim fatores externos que influem em nossos estados mentais e até mesmo os moldam profundamente, mas essa é uma questão que não cabe nas linhas deste modesto artigo de índole intimista<sup>3</sup>.

## REFERÊNCIAS

BACON, Francis. *Novum Organum*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CHURCHLAND, Paul. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

FARIA, Daniel Luporini; RODRIGUES, Cae. Linguagem, natureza humana e cognição: Wittgenstein e o problema mente-corpo. *Ciências & Cognição (UFRJ)*, v. 16, p. 49-57, 2011.

FARIA, Daniel Luporini. Os caminhos da subjetividade: corporificação do mental. *Revista clareira*, v. 3, p. 5-19, 2016.

FARIA, Daniel Luporini. O INTERNO E O EXTERNO EM FILOSOFIA DA MENTE: WITTGENSTEIN E O PROBLEMA DA EXPERIÊNCIA CONSCIENTE. *CADERNOS DO PET FILOSOFIA (UFPI)*, v. 7, p. 42-50, 2017.

FODOR, Jerry. *Psychosemantics: the problem of meaning in philosophy of mind*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1987.

HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Danowski, D. Trad. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HUXLEY, Aldous. *As portas da percepção*. Tradução de Osvaldo de Araújo Souza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Tradução de Emília P. T. M. Mendes. Lisboa: Edições 70, 1999.

OLIVEIRA, Bruno. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanitas, 2002.

POPPER, Karl Rudolf. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. Oxford: Clarendon, 1979.

POPPER, Karl Rudolf. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da universidade de Brasília (Coleção pensamento científico), 1972.

---

<sup>3</sup> Para uma discussão dos aspectos externos do plano mental, vide FARIA, D.L. (2011, 2016a, 2017b).

SEARLE, John. *A redescoberta da mente*. Tradução Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus mais sinceros agradecimentos ao grande amigo prof. Phd Cae Rodrigues, pelas sugestões valiosas que, em muito, me ajudaram na confecção deste modesto artigo.

***Title***

Investigations on the validity of folk psychology: an internalist approach of the mind.

***Abstract***

In the present paper, we aim to evaluate the ordinary discourse that underlies folk psychology. Having language as a starting point, as conceived by Francis Bacon, we present the ideas of Jerry Fodor, who, with his intentional realism, seeks to naturalize the mentalist discourse. From this problematization, we present arguments for the validation of folk psychology, in opposition to Paul M. Churchland's eliminative proposal.

***Keywords***

Folk Psychology; Language; Eliminativism; Internalism.

---

Recebido em: 02/06/2020.

Aceito em: 05/11/2020.